

PT pede quebra no teto de gastos para investimento contra fome

O Partido dos Trabalhadores ajuizou ação com pedido liminar no Supremo Tribunal Federal que pede o afastamento do limite de gastos públicos de 20 anos imposto pela [Emenda Constitucional 95/2016](#) e a determinação para que o governo federal invista em medidas de combate à fome.

Rosinei Coutinho/STF



Ministra Rosa Weber é a relatora da ação Rosinei Coutinho/STF

A arguição de descumprimento de preceito fundamental foi distribuída para a ministra Rosa Weber, que é relatora de outras ações semelhantes contra a emenda constitucional.

O partido ainda ataca efeitos da [EC 109/2021](#), que diminuiu o auxílio emergencial concedido em meio à crise de Covid-19, em comparação com o último ano, com a justificativa de controle de gastos. De acordo com a legenda, nenhuma das emendas ressalva a necessidade de implementação de programas de combate à fome.

Para o atendimento emergencial da população vulnerável, o PT pede a inclusão automática de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Bolsa Família e o aumento do valor dos benefícios. Também solicita que o governo federal atue junto aos estados e municípios para garantir um kit alimentação aos estudantes que estejam sem aulas presenciais.

Segundo o partido, milhares de famílias diariamente passam fome no país, e a falta de ações de combate violaria preceitos constitucionais, como o direito à alimentação adequada. Por isso, também pede o investimento de R\$ 1 bilhão no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

ADPF 831

Date Created

29/04/2021